



TERRITÓRIOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: MULHERES QUILOMBOLAS, RIBEIRINHAS E ASSENTADAS E O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO AMAPÁ-AP.

Patrícia Rocha Chaves¹
Antonio Carlos Sardinha²
Nelma Nunes da Silva³
Ana Cristina de Paula Maués Soares⁴

RESUMO

O trabalho apresenta os resultados de pesquisa realizada com o objetivo de caracterizar a violência de gênero no contexto das comunidades ribeirinhas e assentadas da Reforma Agrária do Amapá, bem como de apresentar as experiências de mulheres em situação de violência no acesso e atendimento no âmbito dos serviços públicos, em especial de saúde. Partimos do pressuposto de que a compreensão de violência de gênero se estrutura na ideia de gênero como categoria de análise permeada por historicidade, inserido em um sistema sexo-gênero, que situa o território como categoria central para observar a territorialização da violência e das políticas públicas no contexto da Amazônia. A pesquisa de campo, de natureza descritiva, com abordagem quali-quantitativa teve como participantes mulheres assentadas e ribeirinhas maiores de 18 anos, gestores e profissionais de saúde, além de agentes públicos foi realizada no Assentamento Bom Jesus dos Fernandes (município de Tartarugalzinho); quilombo urbano Lagoa dos Índios (região metropolitana de Macapá); comunidade foz do Rio Mazagão Velho (Mazagão) e Vila Progresso (Arquipélago do Bailique). Para efeitos conclusivos, a expropriação de territórios dos povos amazônicos envolve dispositivos de desorganização das relações em uma escala comunitária, dentre esses dispositivos combinados estão a violência de gênero (em uma primeira escala, do território-corpo-vida), a ausência deliberada do Estado como lugar de mediação de interesses de sujeitos privados (em uma escala subsequente) e a territorialização do capital internacional e seus agentes. Nesse processo, a violência de gênero é parte de uma tática que corrobora um modelo violento para dominação/expropriação dos territórios com a legitimação do Estado.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Políticas Públicas, Territórios rurais e ribeirinhos, Amapá.

RESUMEN

El trabajo presenta una síntesis de los resultados de una investigación realizada con el objetivo de caracterizar la violencia de género en el contexto de las comunidades ribereñas y rurales de Amapá, así como de presentar las experiencias de las mujeres en situación de violencia en el acceso y la atención

¹ Doutora em Geografia (USP). Docente permanente do Programa de Mestrado em História, Programa de Mestrado em Geografia e Programa de Mestrado e Doutorado em Estudos de Fronteira, ambos da Universidade Federal do Amapá (AP), patricia.chaves@unifap.br;

² Doutor em Comunicação (UNESP). Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política da Universidade Federal do Amapá (AP) e professor adjunto da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB/BA), sardinhajor@yahoo.com.br;

³ Doutora em Ciências (USP). Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Amapá (AP) nelmanunes@unifap.br;

⁴ Doutora em Ciências Sociais (UFPA). Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política da Universidade Federal do Amapá (AP), crisgepem2@gmail.com;



en el ámbito de los servicios públicos, en especial los de salud. Partimos de la premisa de que la comprensión de la violencia de género se estructura en torno a la idea del género como categoría de análisis impregnada de historicidad, insertada en un sistema sexo-género, que sitúa el territorio como categoría central para observar la territorialización de la violencia y las políticas públicas en el contexto de la Amazonía. La investigación de campo, de naturaleza descriptiva y con un enfoque cualitativo-cuantitativo, contó con la participación de mujeres asentadas y ribereñas mayores de 18 años, gestores y profesionales de la salud, además de agentes públicos en los siguientes territorios: Asentamiento Bom Jesus dos Fernandes (municipio de Tartarugalzinho); quilombo urbano Lagoa dos Índios (región metropolitana de Macapá); comunidad de la desembocadura del río Mazagão Velho (Mazagão) y Vila Progresso (archipiélago de Bailique). A efectos concluyentes, la expropiación de territorios amazónicos implica mecanismos de desorganización de las relaciones a escala comunitaria, entre los que se encuentran la violencia de género (en una primera escala, del territorio-cuerpo) y la ausencia deliberada del Estado como lugar de mediación de los intereses de los sujetos privados (en una escala posterior) y la acción geolocalizada del capital internacional y sus agentes. En esta red, la violencia de género forma parte de un modelo excluyente para la ocupación de los territorios y por la ausencia del Estado.

Palabras clave: Violencia de género, Políticas públicas, Territorios rurales y ribereños, Amapá.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta resultados gerais de pesquisa⁵ realizada com o objetivo de caracterizar a violência de gênero no contexto das comunidades ribeirinhas e assentadas do Amapá, identificando perfil, modalidades, especificidades, bem como apresentando as experiências de mulheres em situação de violência no acesso e atendimento no âmbito dos serviços públicos, em especial de saúde. A compreensão de violência de gênero, por sua vez, estrutura-se na ideia de gênero como categoria de análise permeada por historicidade (SCOTT, 2017), inserido em um sistema sexo-gênero (LAURETIS, 2004), onde aspectos culturais envolvendo a constituição do gênero como marcador social e da violência como fenômeno social têm implicações para a compreensão da natureza e a especificidade da violação de direitos das mulheres em contextos específicos, como das comunidades ribeirinhas, territórios quilombolas e assentamentos de reforma agrária.

Do mesmo modo, a ausência de compreensão das dimensões territoriais dos processos de violação de direitos das mulheres nesses territórios impacta a ação dos serviços de proteção instituídos no âmbito da RAM - Rede de Atendimento à Mulher, vítima de violência doméstica, familiar e sexual no Estado do Amapá, integrada por distintas instituições e serviços públicos, dentre eles organizações e serviços do Sistema Único de Saúde, com papel estratégico no atendimento desse público.

⁵ A pesquisa foi desenvolvida entre 2021 e 2023, com financiamento do PPSUS – Programa de Pesquisas do Sistema Único de Saúde, por meio de chamada pública nº. 003/2020,



Para efeitos de síntese da investigação, corroboramos o pressuposto inicial da invisibilização das mulheres assentadas e ribeirinhas no contexto das políticas públicas, em especial da saúde e das restrições de profissionais e gestores em compreender a especificidade e a modalização da violência de gênero envolvendo esse segmento, o que impacta não apenas no acesso aos serviços para atenção aos agravos e danos à saúde física e mental, como também na produção de protocolos que desconsideram a dinâmica e a especificidade das estruturas de violação de direitos em uma dada dimensão cultural.

Na relação teoria e prática na pesquisa partimos da compreensão do território como uma teoria central da Geografia e central para a leitura sobre os objetos/sujeitos pesquisados já que as sociedades atuais seja, em hegemonia, seja em resistência se reproduzem sempre atravessadas e constituídas pelas múltiplas e contraditórias dinâmicas relações de poder. (SILVA, 1985; RAFFESTIN, 1993).

METODOLOGIA

A pesquisa de campo, de natureza descritiva, transversal, com abordagem qualitativa teve como participantes mulheres assentadas e ribeirinhas maiores de 18 anos, gestores e profissionais de saúde das comunidades envolvidas nas seguintes comunidades: a) assentamento Bom Jesus dos Fernandes, localizado no município de Tartarugalzinho (um dos maiores do estado); b) quilombo urbano Lagoa dos Índios se situa nas imediações de dois principais municípios Macapá e Santana, no estado do Amapá; c) comunidade foz do Rio Mazagão Velho (comunidade ribeirinha de várzea) e d) Vila Progresso, no arquipélago Bailique (comunidade ribeirinha com grande índice populacional).

Os procedimentos metodológicos foram divididos em duas etapas de investigação:

Na etapa 1, o foco esteve na caracterização, perfil e percepção das mulheres rurais e ribeirinhas acerca da violência de gênero e suas respectivas experiências no acesso aos serviços de saúde, fase em que foram coletadas informações quanto à caracterização da violência, indicadores de mortalidade e de morbidade por violência de gênero nos municípios e comunidades investigadas, perfil epidemiológico e percepção das mulheres assentadas, quilombolas e ribeirinhas em torno da violência de gênero, suas experiências no acesso aos serviços de saúde, impactos da violência na saúde e qualidade de vida das mulheres e na constituição de demandas para o setor saúde. As técnicas de investigações incluirão Grupo Focal, entrevistas diretas com as participantes e coleta de informações em bancos de dados e fontes secundárias.



Na etapa 2, diagnosticar, junto aos gestores e técnicos que atuam na organização e no atendimento na área de saúde no âmbito da RAM, a percepção sobre violência de gênero, ações e serviços de saúde nas comunidades pesquisadas, por meio de entrevistas diretas e levantamento documental, sendo que, em menor volume, foi possível o uso dos grupos focais, como explicaremos mais adiante. O protocolo da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa⁶.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão de violência de gênero estrutura-se na ideia de gênero como categoria de análise permeada por historicidade (SCOTT, 2017), inserido em um sistema sexo-gênero (LAURETIS, 2004), onde aspectos culturais envolvendo a constituição do gênero como marcador social e da violência como fenômeno social têm implicações para a compreensão da natureza e a especificidade da violação de direitos das mulheres em contextos específicos, como das comunidades ribeirinhas, territórios quilombolas e assentamentos de reforma agrária.

Partimos do entendimento de que a violência de gênero se constitui em “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º Convenção de Belém do Pará, 1994). Essa compreensão de violência de gênero, por sua vez, estrutura-se na ideia de que aspectos culturais envolvendo a constituição do gênero como marcador social e da violência como fenômeno social têm implicações para a compreensão da natureza e a especificidade da violação de direitos da mulher em contextos específicos, como comunidades rurais e ribeirinhas; do mesmo modo que a ausência de compreensão das dimensões socioculturais dos processos de violação de direitos da mulher nesses territórios afeta a ação dos serviços de proteção instituídos no âmbito da RAM - Rede de Atendimento à Mulher, vítima de violência doméstica, familiar e sexual no Estado do Amapá, integrada por distintas instituições e serviços, dentre eles organizações e serviços do Sistema Único de Saúde, com papel estratégico no atendimento desse público.

Partimos do pressuposto da invisibilidade da mulher rural e ribeirinha no contexto das políticas públicas de saúde e das restrições de profissionais e gestores em compreender a especificidade e a modalização da violência de gênero envolvendo esse segmento, o que impacta não apenas no acesso aos serviços para atenção aos agravos e danos à saúde física e mental, como também na produção de protocolos que desconsideram a dinâmica e a

⁶ **Processo/Comissão de Ética/Unifap:** Processo nº CAAE 38064620.0.0000.0003



especificidade das estruturas de violação de direitos em uma dada dimensão cultural. O percurso da pesquisa, que estrutura a presente análise, concentra-se na caracterização e análise das percepções e sentidos para violência de gênero no campo e regiões ribeirinhas na ótica das próprias mulheres, observando condicionantes institucionais que tornam incipiente a inserção desse grupo na Política Estadual de Saúde do Amapá, Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher e nos protocolos e serviços de saúde no âmbito da RAM - Rede de Atendimento à Mulher, vítima de violência doméstica, familiar e sexual no Estado do Amapá.

A presente investigação observa, sob uma perspectiva conceitual, as relações desiguais de gênero, em contextos culturalmente situados, como fatores para observar os processos de adoecimento, as estratégias de atenção à saúde e à educação permanente em saúde. Sob essa perspectiva, pontuamos ausência de conhecimento sobre o direito à saúde de mulheres rurais e ribeirinhas do Amapá, somada à invisibilidade desse grupo nas estratégias estruturais das políticas de proteção contra a violência de gênero, organizada na rede estadual de proteção.

Sobre a realidade amazônica, há de se fazer menção que a maioria dos estudos referentes às mulheres problematizam aspectos como religião, simbolismo, meio ambiente, processo de trabalho e participação política (MOTTA-MAUÉS, 1999; SIMONIAN, 2011; MANESCHY; 2013; ÁLVARES, 2014; ARAGÃO, 2019). E dentre os poucos trabalhos que abordam a violência contra mulher na Amazônia, a tendência se volta para os centros urbanos no contexto de uma onda modernizadora do capitalismo (SOUSA *et al*; 2018; ÁLVARES, 2014; GUEDES e MOREIRA, 2009). A história das populações tradicionais ribeirinhas, quilombolas, indígenas, entre outras configura-se como uma história de negação de direitos. Esta subalternização e sujeição do trabalho, sob uma exploração de seus corpos no processo de colonização e produção capitalista do território, permearam por muito tempo essa prática abusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma avaliação dos dados gerais da investigação nos campos de pesquisa, destacamos que, em comum, estão territórios constituídos a partir da relação tradicionalmente com a terra para o trabalho e para reprodução da vida, assim como de histórias marcadas pela negação de direitos e de possibilidades organizarem-se conforme suas respectivas dimensões culturais constitutiva, o que contribui para entender as estruturas societárias que organizam e gerem a vida cotidiana, incluindo as mulheres. Isso nos leva a inferir que as estruturas societárias que (re) produzem materialmente a vida nessas localidades são formadas por dispositivos organizados, a partir do gênero (e não apesar do gênero), como mecanismos



capazes de incidir e gerir os sistemas produtivos, os valores e as representações compartilhadas sobre como (sobre)viver nesses territórios.

Por essa razão, a violência de gênero, subnotificada nos registros oficiais, é silenciosamente um instrumento de gestão do território e, portanto, mais do que uma anomalia exógena (alheia) à dinâmica desses territórios tradicionais, na verdade, como fenômeno sociocultural, surge como mecanismo de (re) produção desses territórios em todas as suas dimensões (econômicas, políticas, culturais e sociais), ou seja, as os modos de vidas, a experiência e as resistências, estão conectadas à forma como as relações sociais de gênero são constituídas, em um sistema de sexo-gênero que normatiza e institui dinâmicas capazes de dar sentido ao modo como se gere a vida e o corpo das mulheres nessas comunidades. Esse aspecto é importante para entender por que a existência da violência de gênero não é negada por completo ou problematizada sob uma perspectiva estruturada em sistemas de desigualdade entre homens e mulheres. Ao contrário, é uma questão que pertence, está naturalizada e é parte da dinâmica do território que deve ser gerida sob a ótica da redução de danos, tendo a comunidade e suas instituições como preocupação central para incidir no controle à violência e não aos direitos e demandas das vítimas, propriamente ditas.

Nesse sentido, a convivência com a violência de gênero é parte do cotidiano comunitário com um limite moral (instituído a partir de referências culturais que sustentam e é incorporado como imaginário potente na dimensão simbólica partilhada pela comunidade). Essa constatação explica a dinâmica das políticas públicas, quando implementadas, tendo a violência de gênero como foco nessas localidades, a saber: Informalidade e espontaneísmo (sem protocolos e/ou serviços de referência); Sazonalidade e pontualidade na presença do Estado no território, com efeitos diretos na institucionalização de serviços; Desarticulação das redes de políticas públicas:

No estado do Amapá, foi implantada a Rede de Atendimento à Mulher (RAM), de acordo com a Lei nº 1764, de 09 de agosto de 2013. Essa lei considera como parte do sistema de saúde, segurança pública e demais secretarias de governo, com centralidade da Secretaria das Mulheres, com evidência para o atendimento integrado via centro de referências de assistência social, centro de referência especializada em assistência social e centros de referência atendimento à mulheres. Entretanto, não há uma distribuição espacial adequada desses serviços nas áreas rurais e ribeirinhas, estruturados a partir das complexidades que tais áreas demandam, como: logística, infraestrutura física e financeira, segurança pública e, até mesmo, número de profissionais qualificados e protocolos de atendimento adequado.



A expropriação de territórios na Amazônia envolve dinâmicas de desorganização das relações em uma escala comunitária, dentre esses dispositivos combinados estão a violência de gênero (em uma primeira escala, do território-corpo), a ausência deliberada do Estado como lugar de mediação de interesses de sujeitos privados (em uma escala subsequente) e a ação geolocalizada do capital internacional e seus agentes, capitalizando os territórios em uma lógica de valor potente.

Nessa teia, a violência de gênero é mais do que um problema isolado, combatido por medidas pontuais; ao contrário, é parte de um modelo excludente para ocupação dos territórios. A perspectiva de atenção às vítimas de violência em territórios tradicionais e rurais reflete um protocolo orientado, como dito, na informalidade e espontaneísmo (falta de serviços e sistemas em rede integrados), na sazonalidade e pontualidade na oferta de serviços públicos, em especial de saúde no território, criando uma cultura de voluntarismo e sobrevivência por parte dos atores estatais que personalizam a atenção e a proteção com recursos extraídos de suas próprias redes de relações pessoais.

A relação estrutural entre os direitos das mulheres e a garantia de seus territórios de vida, ou seja, a ideia de que o corpo dessas mulheres e seus territórios são indissociáveis no sentido de constituir uma realização plena de seus direitos. A autonomia do corpo está ligada também à autonomia territorial. As lutas territoriais das mulheres “do campo e da floresta” sempre foram suas principais pautas, seja nas reivindicações de políticas estatais, seja dentro dos espaços dos movimentos socioterritoriais do campo.

Da mesma forma, a relação entre políticas de gênero e território é intrínseca: o acesso e a regularização do território são essenciais para a autonomia das mulheres quilombolas, assentadas e ribeirinhas. O território, enquanto lugar de reprodução social, cultural e econômica, é também palco de disputas de poder e de afirmação de identidades. A efetivação dos marcos legais de regularização, quando articulada com políticas públicas de saúde e educação sensíveis a questão de gênero, potencializa a autonomia econômica e o acesso a formação e a informação no combate as múltiplas violências nesses espaços, ampliando o acesso a direitos e fortalecendo a resistência frente às desigualdades estruturais.

Nesse contexto, trazemos recomendações gerais estruturantes para orientar as políticas públicas na interface com a agenda envolvendo violência de gênero em comunidades rurais, tradicionais e ribeirinhas. A primeira evidência a ser recomendada envolve a elaboração e implementação da Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo e da Floresta do Amapá. Outra evidência importante envolve articular a Política Estadual de



Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo e da Floresta do Amapá com conjunto de políticas estaduais e locais de promoção de direitos da mulher. A revisão do arcabouço legal e normativo estadual para atualizar, referenciar e orientar a ação da rede de atendimento a mulheres no Amapá está ausente e, portanto, precisa ser implementada no contexto estudado. A produção, integração e democratização do acesso a dados, informações e indicadores e ampliação, descentralização e democratização da participação política das mulheres rurais, ribeirinhas e quilombolas nos espaços decisórios de políticas públicas.

A construção de políticas públicas alinhadas as necessidades socioespaciais e socioterritoriais dos povos e comunidades que vivem no campo considerando gênero como uma delas, é fundamental para romper com padrões históricos de exclusão e promover justiça social, equidade e cidadania plena para esses grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar, nesse contexto, a relação estrutural entre os direitos das mulheres e a garantia de seus territórios de vida, ou seja, a ideia de que o corpo dessas mulheres e seus territórios são indissociáveis no sentido de constituir uma realização plena de seus direitos. A autonomia do corpo está ligada também à autonomia territorial. As lutas territoriais das mulheres “do campo e da floresta” sempre foram suas principais pautas, seja nas reivindicações de políticas estatais, seja dentro dos espaços dos movimentos sócio-territoriais do campo. Estudos recentes consideram que é necessário distinguir o campesinato amazônico do campesinato do sul do país. Porto-Gonçalves (2018) considera que a luta camponesa na região Amazônica possui uma dimensão social e simbólica bastante diferente das demais regiões do Brasil. O autor entende que as territorialidades construídas pelos povos da floresta colocam a resistência camponesa na região noutro patamar de relação com a natureza e que esta versão de relação social construiu territórios específicos, que não podem ser compreendidos somente a partir de reflexões produzidas em matrizes teóricas baseadas e referendadas por estudos sobre sujeitos sociais externos à região.

Por essa razão, o debate sobre violência implica em procedimentos metodológicos que devem considerar uma espécie de imersão dos pesquisadores nas comunidades, tais quais a antropologia e a geografia costumam oferecer. A violência de gênero ainda é um tabu para determinados grupos sociais e as mulheres envergonhadas e com medo de delatar os abusadores preferem não manifestar denúncias. É preciso considerar que a maior parte dos abusadores estão no ambiente familiar, naquilo que se convém chamar de espaço privado e, portanto, mantém relações sentimentais com a vítima. A vítima está sujeita a responder dispositivos de controle



moral e não somente, do controle econômico. É de fundamental importância que as políticas públicas partam de um conhecimento profundo da estrutura social das sujeitas do espaço que ocupam e dos territórios e territorialidades produzidos por elas.

No campo teórico, a experiência da pesquisa demonstra que o grande gargalo desse tipo de estudo é a não compreensão da violência de gênero enquanto violência estrutural; compreender as manifestações do machismo como relação cultural coloca em segundo plano as lutas das mulheres como luta radical da transformação social. Assim, pode-se dizer que não há, até então, formas estruturadas teoricamente e conceitualmente para se pensar a violência de gênero na Amazônia e para se determinar as reivindicações de equidade e por direitos humanos nesses espaços e territórios.

Do ponto de vista prático, observamos a carência de um banco de dados organizados com foco na violência de gênero, o que dificulta a realização de pesquisas sobre o tema. É preciso produzir banco de dados nas várias escalas governamentais que conectem dados das demandas dos movimentos de mulheres, em sua maioria, demandas sociais por saúde, educação, segurança pública, segurança judiciária, reforma agrária e autonomia econômica e a produção da violência de gênero. Entendemos aqui que esse pacote de problemas sociais não incide e é incidente apenas da relação capital-trabalho-renda da terra. Um olhar profundo sobre os sujeitos de conflitos dessa relação nos mostra fundamentalmente que o olhar sobre a classe trabalhadora demanda olhares sobre a estrutura patriarcal, racial e das demais intersecções que elaboram as classes sociais no Brasil atual. Os dados agregados em um sistema digital serão basilares para fundamentar a produção de protocolos na legislação brasileira, na produção de práticas e para organizar as leis e processos de proteção e defesa para as mulheres. Concomitantemente, a produção de políticas públicas com investimentos para o combate da violência de gênero é essencial para a mudança da sociedade.

Como já mencionado, no estado do Amapá, foi implantada a Rede de Atendimento à Mulher (RAM), de acordo com a Lei nº 1764, de 09 de agosto de 2013. Essa lei considera como parte do sistema de saúde, segurança pública e secretaria de governo, o atendimento integrado de serviços públicos. Entretanto, não há uma distribuição espacial adequada desses serviços nas áreas rurais e ribeirinhas, estruturados a partir das complexidades que tais áreas demandam, como: logística, infraestrutura física e financeira, segurança pública e, até mesmo, número de profissionais qualificados e protocolos de atendimento adequado.



REFERÊNCIAS

ÁLVARES, M. L. M. Vida doméstica e práticas de violência contra as mulheres. **Gênero na Amazônia**, Belém, v. 1, n. 5, p. 15-28, 2014.

ARAGÃO F. B. A. et al. Associação do perfil microbiológico com alterações citológicas em mulheres quilombolas atendidos nas unidades básicas de saúde. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 52, n. 4, p. 311-318, 2019.

GUEDES, M. E. F.; MOREIRA, A. C. G. Gênero, saúde e adolescência: uma reflexão a partir do trabalho com violência doméstica e sexual. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, [S. l.], v. 17, p. 79-91, 2009.

LAURETIS, T. de. La tecnología del género in BENAVIDES, Carmen Millan; MESA, Angela Maria Estrada (org). **Pensar (en) género: teoría y práctica para nuevas cartografías del cuerpo**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana- Instituto Pensar, 2004, p. 202-235.

MANESCHY, M. C. O emprego doméstico e as relações de gênero no mundo do trabalho. **Revista Gênero na Amazônia**, Belém, v. 3, p. 207-218, 2013.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca de homem/Peixe de mulher(?): Repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras. **Etnográfica Lisboa** (on-line), v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Bolívia: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica – IPDRS, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

SILVA, Armando Corrêa da. **De quem é o pedaço?** Espaço e cultura. São Paulo: Hucitec, 1985.

SIMONIAN, L. T. L. Iaçá, tempo imemorial... sofrimento de mulher produz o açaí no PanAmazônia. In: SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. (Org.). **Mulheres pan-amazônidas: enciclopédia cooperativa de biografias**. Belém: NAEA/UFPA, 2011, p. 161-173.

SOUZA, L. T.; LOPES, A. B. A.; SILVA, A. F. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, 2018, p. 378-395.